



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Marco Antônio Cabral Maggi

QUARTA CÂMARA CRIMINAL

PROCESSO Nº 0001674-14.2013.8.17.0000 (0296251-2)

HABEAS CORPUS

IMPETRANTE: SÉRGIO FIGUEIREDO BARBOSA E OUTRO

PACIENTE: ANTÔNIO CARLOS BORGES DA SILVA

RELATOR: DES. MARCO ANTÔNIO CABRAL MAGGI

RELATOR CONVOCADO: DES. FAUSTO DE CASTRO CAMPOS

EMENTA: HABEAS CORPUS LIBERATÓRIO. HOMICÍDIO QUALIFICADO E TENTATIVA DE HOMICÍDIO QUALIFICADO. ALEGAÇÃO DE ILEGALIDADE DA PRISÃO PREVENTIVA. SUPERVENIÊNCIA DA SENTENÇA CONDENATÓRIA. TEMA SUPERADO. ROGATIVA PELA SUBSTITUIÇÃO DA SEGREGAÇÃO POR PRISÃO DOMICILIAR. IMPOSSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE PROVA PRECONSTITUÍDA DO ESTADO DEBILITADO DE SAÚDE DO PACIENTE. NÃO CONHECIMENTO DO WRIT. DECISÃO UNÂNIME.

- 1. Diante da prolação da sentença condenatória, fica superada a discussão acerca da legalidade da prisão preventiva, haja vista a constituição de novo título judicial a fundamentar a prisão do paciente.*
- 2. Não é possível o conhecimento, em sede de habeas corpus, do pedido de aplicação da prisão domiciliar, haja vista a ausência de qualquer prova preconstituída que demonstre o estado de saúde extremamente debilitado do indiciado (exigência prevista no art. 318 do CPP), sendo a*

dilação probatória incompatível com o procedimento sumário deste mandamus. Precedentes do STF e do STJ.

3. *Habeas corpus não conhecido.*

59

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos do *Habeas Corpus* n. 0001674-14.2013.8.17.0000 (0296251-2) em que são partes as acima nominadas, ACORDAM os Desembargadores componentes da Quarta Câmara Criminal deste Tribunal de Justiça, à unanimidade de votos, não conhecer do presente *Habeas Corpus*, nos termos do voto do Des. Relator Convocado.

Recife, 20 de junho de 2013.

FAUSTO DE CASTRO CAMPOS
Des. RELATOR CONVOCADO



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Marco Antônio Cabral Maggi

QUARTA CÂMARA CRIMINAL

PROCESSO Nº 0001674-14.2013.8.17.0000 (0296251-2)

HABEAS CORPUS

IMPETRANTE: SÉRGIO FIGUEIREDO BARBOSA E OUTRO

PACIENTE: ANTÔNIO CARLOS BORGES DA SILVA

RELATOR: DES. MARCO ANTÔNIO CABRAL MAGGI

RELATOR CONVOCADO: DES. FAUSTO DE CASTRO CAMPOS

RELATÓRIO

Trata-se de *Habeas Corpus* liberatório, com pedido de liminar, impetrado por SÉRGIO FIGUEIREDO BARBOSA e FREDERICO GUILHERME BORGES VILAÇA, em favor de ANTÔNIO CARLOS BORGES DA SILVA, no qual aponta como autoridade coatora o Juiz de Direito da 2ª Vara Privativa do Júri da Comarca do Recife-PE.

Narram os impetrantes que o paciente se encontra recolhido no Presídio Frei Damião de Bozzano, no Complexo Prisional Professor Aníbal Bruno, com a saúde extremamente frágil, haja vista ter sido baleado durante a última rebelião de 26/01/2013 e precisar de intervenção cirúrgica para a retirada da bala que ficou alojada em seu corpo.

Nesse contexto, requer o relaxamento da prisão preventiva por aplicação do princípio da presunção de inocência e da excepcionalidade da medida segregatória, sob o argumento de que não restaram preenchidos os requisitos legais para a medida e que é desnecessária a prisão do paciente.

Requer, por fim, a substituição da prisão pela medida cautelar menos gravosa da prisão domiciliar e, subsidiariamente, a transferência do paciente para Natal-RN, onde poderá contar com o apoio da família, que reside naquela comarca.

Foi negada, às fls. 32/33, a concessão de liminar, pois não restou demonstrada, de plano, a plausibilidade do direito pleiteado. 65

Instada a prestar as informações de estilo, a autoridade apontada coatora relatou às fls. 40/42 que o paciente foi condenado, em 03/08/2010, à pena de 23 (vinte e três) anos de reclusão e que os autos atualmente se encontram no aguardo da intimação do acusado para constituir novo advogado.

A Procuradoria de Justiça, em parecer ofertado às fls. 53/55, opinou pela denegação da ordem, por entender superada a alegação de ilegalidade da prisão preventiva, haja vista a prisão decorrer agora de sentença condenatória, e diante da inviabilidade da concessão de prisão domiciliar, pois não há qualquer prova nos autos que demonstre o estado de extrema debilidade do paciente por motivo de doença grave.

É O RELATÓRIO.

Recife, 26 de Junho de 2013.


FAUSTO DE CASTRO CAMPOS
Des. RELATOR CONVOCADO



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Marco Antônio Cabral Maggi

QUARTA CÂMARA CRIMINAL

PROCESSO Nº 0001674-14.2013.8.17.0000 (0296251-2)

HABEAS CORPUS

IMPETRANTE: SÉRGIO FIGUEIREDO BARBOSA E OUTRO

PACIENTE: ANTÔNIO CARLOS BORGES DA SILVA

RELATOR: DES. MARCO ANTÔNIO CABRAL MAGGI

RELATOR CONVOCADO: DES. FAUSTO DE CASTRO CAMPOS

VOTO

Srs. Desembargadores,

Sr.(a) Procurador(a).

Os impetrantes requerem, em síntese, a expedição de alvará de soltura em favor do paciente, sob a alegação de prisão ilegal segundo aplicação dos princípios da presunção de inocência e da excepcionalidade da prisão, sustentando a ausência dos requisitos legais da segregação preventiva; além de pedirem a substituição da prisão do paciente por prisão domiciliar, diante do estado de saúde frágil do mesmo, ou a sua transferência para instituição prisional em Natal-RN, comarca onde reside sua família.

No que se refere à discussão sobre a legalidade da prisão preventiva, impende observar que o magistrado apontado como coator informou que o paciente já foi condenado à pena de 23 (vinte e três) anos de reclusão, de forma que se encontra preso por força de novo título, qual seja, a sentença condenatória, restando superado o argumento de ilegalidade da prisão preventiva. Esse é o entendimento assente nos Tribunais, como demonstra o seguinte trecho de julgado do STJ:

*HABEAS CORPUS. CRIME DE LAVAGEM DE DINHEIRO.
COFEN. PRISÃO PREVENTIVA. AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO.
SUPERVENIÊNCIA DE SENTENÇA CONDENATÓRIA QUE, COM*

63

NOVOS FUNDAMENTOS, MANTÉM O CÁRCERE CAUTELAR. NOVO
TÍTULO. PEDIDO PREJUDICADO.

O alegado constrangimento ilegal por ausência de fundamentação do decreto de prisão preventiva está superado em razão da superveniência da sentença condenatória que, com fundamentos próprios, manteve a custódia cautelar do réu, consubstanciando-se no novo título judicial justificador do cárcere preventivo. (HC 126.528/RJ, Quinta Turma, Rel. Min. LAURITA VAZ, DJe 11/09/2012).

É também o entendimento adotado por este Tribunal, como demonstra o seguinte trecho de julgado da eminente colega, Des. ALDERITA RAMOS DE OLIVEIRA:

"Diante da prolação de sentença condenatória, que constitui novo título judicial, ficam superadas as alegações de excesso de prazo na formação da culpa e de falta de fundamentação da decisão que indeferiu a liberdade provisória. Precedentes do STJ." (TJPE, HC 231.136-2, Rel. Des. ALDERITA RAMOS DE OLIVEIRA, julgamento 30/03/2011).

Assim, considerando estar o paciente condenado por sentença, fica claro que a sua segregação está fundada em novo título, impossibilitando a apreciação do argumento de ilegalidade da prisão preventiva.

Em relação ao pedido de substituição da prisão pela medida cautelar menos gravosa da prisão domiciliar, cumpre ressaltar que o legislador previu essa possibilidade apenas para casos especialíssimos, dentre eles quando o indiciado estiver extremamente debilitado por motivo de doença grave.

Neste contexto, alegam os impetrantes que o paciente tem saúde frágil e que foi baleado durante uma rebelião no presídio, necessitando de intervenção cirúrgica para retirada de um projétil que ficou alojado em seu corpo. No entanto, os impetrantes não juntaram qualquer prova referente ao estado de saúde do paciente.

A estreita via do *habeas corpus* exige que sejam acostadas provas preconstituídas de todas as alegações do impetrante, haja vista ser a dilação probatória incompatível com o rito sumário deste *mandamus*, conforme entendimento pacífico da jurisprudência pátria:



64

STF: "A liquidez dos fatos constitui requisito inafastável na apreciação da justa causa, pois o remédio processual do "habeas corpus" não admite dilação probatória, nem permite o exame aprofundado de matéria fática, nem comporta a análise valorativa de elementos de prova. Precedentes". (HC 94.592/SP, Segunda Turma, Rel. Min. CELSO DE MELLO, DJE 03/04/2009).

STJ: É inviável o conhecimento, em sede de habeas-corpus, de pedido de reconhecimento de extinção da punibilidade do paciente, seja pelo cumprimento de suas penas seja pela ocorrência de prescrição, se a matéria não se encontra devidamente demonstrada, sendo necessário para a plena compreensão da questão decidida na instância inferior a instrução dos autos com prova preconstituída do quadro fático em que se fundam suas alegações. - Habeas-corpus não conhecido". (HC 19.323/SP, Sexta Turma, Rel. Min. VICENTE LEAL, DJ 17/06/2002, p. 305).

Nesse contexto, conforme observou o douto Procurador em seu Parecer de fls. 53/55, o impetrante não juntou qualquer prova acerca do estado de saúde do paciente, de forma que a necessidade de substituição por prisão domiciliar não restou demonstrada em prova preconstituída, impossibilitando o conhecimento do presente writ.

Assim, com base nos fundamentos expostos, não há como conhecer, na via estreita do *habeas corpus*, da discussão sobre a legalidade da prisão preventiva, haja vista a prisão do paciente estar fundada em sentença condenatória é ilegal, além da impossibilidade de apreciação do pedido de substituição da medida segregatória por prisão domiciliar, haja vista a ausência de provas preconstituídas acerca da extrema debilidade da saúde do paciente.

Isto posto, meu voto é pelo não conhecimento deste *mandamus*.

É COMO VOTO.

Recife 26 de fevereiro de 2013.

FAUSTO DE CASTRO CAMPOS
Des. RELATOR CONVOCADO